

PROCESSO Nº ____ /14

Secretaria: SEMEC

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2014-00066

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS

664

PREGOEIRO (A) E EQUIPE DE APOIO		DECRETO Nº /2014	EMISSÃO: /06/2014 PUBLICADO: /06/2014	OF HOM. Nº
GERSEMI PEREIRA DE OLIVEIRA/MARIZE CARVALHO INÁCIO		EQUIPE DE APOIO		
PREGOEIRO (A)		PREGOEIRO (A) SUBSTITUTO (A)		
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A ATENDER AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E AO ANSINO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DURANTE O 1º SEMESTRE DE 2015."				

DATAS E HORÁRIOS

A PUBLICAÇÕES	ABERTURA		CREDENCIAMENTO		FASE DE LANCES	
	Data	Hora	Data	Hora:	Data	Hora

15/12/2014

29/12/2014

09:00 hs

/ /14

: H

FIRMA(S) VENCEDORA(S):

CONTRATO

VALOR

TE DE RECURSO: PNAE, EJA, MAIS EDUCAÇÃO, PNAI, ALFA-PARAGOMINAS/CONTRAPARTIDA.

DA ADJUDICAÇÃO:

DATA DO CONTRATO:

DA HOMOLOGAÇÃO:

VIGÊNCIA:

DO EMPENHO:

VALOR GLOBAL:

CONTRA CAPA

OF. SECRETARIA SOLICITANTE Nº

SOLICITAÇÃO DE DESPESAS E COTAÇÕES

DECRETO

CI - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº

EDITAL+MINUTA CONTRATO

PARECER JURÍDICO INICIAL

PARECER JURÍDICO APROVANDO MINUTA

PUBLICAÇÕES - JORNAIS

EDITAL+RECIBOS

CREDENCIAMENTO

PROPOSTAS INICIAIS DOS LICITANTES

HABILITAÇÃO DOS VENCEDORES

ATA

PROPOSTAS FINAIS (CASO HAJA)

RECURSO (QUANDO HÁ NEGOCIAÇÃO /DISPUTAS)

RELATÓRIO

OFÍCIO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO

EMPENHOS

CONTRATOS

PUBLICAÇÃO (IOEPA) CONTRATOS

PUBLICAÇÃO	IOEPA	DOU
PROGRAMAR	11/12/2014	
PAGAR	12/12/2014	
PUBLICAR	15/12/2014	

PMP/ Deptº de Licitação

CARIMBAR, NUMERAR E RUBRICAR TODAS AS PÁGINAS DO PROCESSO.

Publicado no DOE + Diário d. Pará + DOU



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
www.paragominas.pa.gov.br



Ofício SEMEC nº.159/2014

Paragominas (PA), 01 de dezembro de 2014

Ao

Exmo. Sr. Paulo Pombo Tocantins
M.D.: Prefeito Municipal

Senhor Prefeito,

Havendo Possibilidade
Jurídica
DEFIRO

Paulo Pombo Tocantins
Prefeito Municipal de Paragominas

Solicitamos a V. Exa. Autorização para abertura de **PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando Aquisição de gêneros alimentícios, perecíveis e não perecíveis, destinado a atender aos programas: de Alimentação Escolar (PNAE), de Jovens e Adultos (EJA), Alimentação Escolar Indígena (PNAI), Mais Educação (PNAE) e Alfabetização Paragominas, para o Município de Paragominas, o que virá garantir a continuidade dos Programas e principalmente atender a necessidade dos alunos nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, durante o 01 semestre de 2015, cujo termo de referencia obedecerá as condicionantes abaixo.

TERMO DE REFERÊNCIA

01 – DO OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, perecíveis e não perecíveis, destinado a atender aos programas: de Alimentação Escolar (PNAE), de Jovens e Adultos (EJA), Alimentação Escolar Indígena (PNAI), Mais Educação (PNAE) e Alfabetização Paragominas, para o Município de Paragominas, o que virá garantir a continuidade dos Programas e principalmente atender a necessidade dos alunos nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, durante o primeiro semestre de 2015, conforme quantidade estimada, constante na pauta de gêneros da zona urbana e rural.

02 – DO FUNDAMENTO LEGAL: O pregão será regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 julho de 2002, pela Lei Federal nº. 8.666/93, e suas alterações, Lei Complementar Nº123/2006, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei Municipal nº. 769/2011, de 18 de agosto de 2011 e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no Edital.

03 – DA QUANTIDADE: As quantidades dos itens estão descritas nas Solicitações de Despesas: 20141120001 e 20141120003

04 – DO PRODUTO: Conforme especificações descritas nas Solicitações de Despesas citadas no item anterior.

Recebi:
04/12/14 as
11:33h

Manoel Gomes da Silva
Superintendente Financeiro
SEMEC-Pref. Mun. de Paragominas



Calisto Possidônio C. Camar
Diretor de Planejamento e Gestão
SEMEC-Pref. Mun. de Paragominas

João Paulo de Carvalho
Diretor de Planejamento e Gestão
SEMEC-Pref. Mun. de Paragominas

acompanhadas dos respectivos DANFS (Documento Auxiliar da Nota Fiscal), os quais deverão conter o **atesto** de Recebimento pelo servidor que recebeu e conferiu o material relacionado em tais documentos, conforme preceitua o Art. 62 a 63 da Lei Nº 4.320/64.

12 - QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.1 - AS LICITANTES DEVERÃO APRESENTAR:

12.1.1 - Registro dos produtos no órgão competente, certificado de registro no SIF/DIPOA e/ou SIE do fabricante e/ou SIM, quando for o caso e a respectiva ficha técnica, assinada por um técnico da área de alimentos que no momento do certame serão analisados pela nutricionista e Equipe. Os produtos de competência do Ministério da Saúde devem estar de acordo com as exigências da Legislação Sanitária em vigor no País ANVISA/ MS, e da resolução nº 015 de 16 de junho 2003 do FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE Tais como:

- FRANGO CONGELADO IN NATURA;
- CARNE MOÍDA DE MÚSCULO BOVINO;
- FÍGADO BOVINO CONGELADO;
- COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADAS;
- CARNE BOVINA SEM OSSO TIPO ACEM;
- PEITO DE FRANGO CONGELADO;
- ISCA DE CARNE TIPO ACEM;
- COXINHAS DE FRANGO CONGELADAS;
- CORAÇÃO DE FRANGO CONGELADO;
- FILÉ DE PEIXE CONGELADO;
- SALSICHA TIPO HOT DOG;
- ALMÔNDegas BOVINA CONGELADA,

12.1.2 - Ficha técnica e análise microbiológica emitida POR UM LABORATÓRIO OFICIAL PÚBLICO dos produtos não considerados básicos como:

- FRANGO CONGELADO IN NATURA;
- CARNE MOÍDA DE MÚSCULO BOVINO;
- FÍGADO BOVINO CONGELADO;
- COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADAS;
- CARNE BOVINA SEM OSSO TIPO ACEM;
- PEITO DE FRANGO CONGELADO;
- ISCA DE CARNE TIPO ACEM
- COXINHAS DE FRANGO CONGELADAS;
- FILÉ DE PEIXE CONGELADA;
- CORAÇÃO DE FRANGO CONGELADO;
- SALSICHA TIPO HOT DOG;
- ALMÔNDegas BOVINA CONGELADA;

05 – DA VIGÊNCIA: A partir da contratação até 31 de julho 2015 podendo ser prorrogada nos casos previstos artigo 57, parágrafo 1º e inciso II da lei 8.666/93 e suas alterações.

06 – DA PROPOSTA: As empresas interessadas em participar do certame deverão apresentar suas propostas em envelopes lacrados, onde no conteúdo das mesmas deverão conter todos os custos necessários para o fornecimento dos bens, de forma detalhada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, discriminando os valores unitários e globais.

07 - DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO: Atender aos programas: de Alimentação Escolar (PNAE), de Jovens e Adultos (EJA), Alimentação Escolar Indígena (PNAI), Mais Educação (PNAE) e Alfabetização Paragominas, para o Município de Paragominas, o que virá garantir a continuidade dos Programas e principalmente atender a necessidade dos alunos nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, durante o primeiro semestre de 2015, conforme especificações dos gêneros alimentícios constantes nas solicitações de despesas anexas.

08 – TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MPE: De acordo com o que determina o Art. 39 da Lei Municipal nº 769/2011 e Lei Federal 123/2006 deverá constar do edital a reserva de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para cota exclusiva de Micro e Pequenas Empresas local ou regional. Para viabilizar a funcionalidade do pregão no que se refere aplicabilidade do percentual de até 25% serão licitados 55 itens, cujos valores estimados somam **R\$ 2.217.509,75**, sendo que tais itens foram distribuídos em duas planilhas, anexos 02 e 03, conforme a seguir: Anexo 02 contém 19 itens enumerados de 01 a 19 e valores estimados somam **R\$ 1.663.451,80**, que representa 75,0144073% do valor estimado da licitação total que constitui a cota principal; Anexo 03 contém 36 itens enumerados de 20 A 55 e valores estimados somam **R\$ 554.057,95** que representa 24,9855927% do valor estimado da licitação total que constitui a cota exclusiva para MPE. Após a apuração da melhor proposta válida, observada a classificação das propostas até o momento, será assegurado às Pequenas Empresas, o direito de preferência à contratação, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006.

09 – FORMA DE ADJUDICAÇÃO: É obrigatória a adjudicação por item, devendo constar do edital, uma vez que se trata de aquisição de bens cujo objeto é divisível, em observância as recomendações contida na súmula nº. 247 do TCU, uma vez tal procedimento torna o processo mais conveniente para esta Municipalidade.

10 – DAS AMOSTRAS:

As amostras dos bens (conforme informado nos anexos 04 e 05) serão impostas somente ao licitante provisoriamente colocado em 1º. Lugar no certame, que deverá apresentar a amostra imediatamente após a fase de lance, as quais serão testadas/analizadas, conforme os critérios descritos nos anexos 04 e 05, aprovadas/reprovadas por servidores da Prefeitura indicados para este fim, observadas as determinações contidas nos incisos XII e XIII do Art. 4 da Lei 10.520 c/c Art. 30 da Lei 8.666 e Acórdão 1598/2006 (TCU).

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: Havendo disponibilidade de recursos financeiros a contratante deverá efetuar os pagamentos do material solicitado, mediante a apresentação de Notas Fiscais, que deverão vir acompanhadas do pedido de compra assinado por, no mínimo, 02 (duas) assinaturas dos a seguir indicados: Prefeito, Vice-Prefeito, Coordenador de Suprimentos e Almocharifado, Secretária Municipal de Educação. Deve-se ressaltar a necessidade de as Notas Fiscais virem

12.1.3 - Esses documentos **DEVERÃO** ser apresentados no momento da habilitação durante o certame e no Departamento de Alimentação Escolar (Suprimentos) no ato da entrega dos produtos pela empresa vencedora.

12.1.4 - Licença de funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária.

13 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Além de todas as obrigações elencadas no edital e no contrato, proceder a entregar dos produtos no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis após a solicitação, para as empresas instaladas no Estado do Pará, e em até 08 dias corridos para as empresas instaladas nos demais Estados da Federação. Entregar nas escolas em veículos adequados de acordo com o cronograma estipulado pela nutricionista, respeitando a data de entrega criteriosamente durante o (1º Semestre de 2015), acondicionados em embalagens transparentes com a identificação do produto e data de validade quando for o caso. Qualquer gênero que for detectado alterações, por parte das Escolas, junto à nutricionista, o contratado será obrigado a fazer a substituição imediata do mesmo, as datas e quantidades de entregas deverão ser cumpridas rigorosamente.

13.1 - **PERECÍVEIS:** Entregar semanalmente **nas Escolas da Zona Urbana** de acordo com o cronograma estipulado pela nutricionista respeitando a data de entrega criteriosamente, referente ao 1º semestre de 2015, de acordo com as normas da Vigilância sanitária;

- Transporte em caminhão baú fechado;
- Embalagem em sacos plásticos transparentes;
- As carnes devem ser acondicionadas em embalagens de acordo com as especificações dos itens.
- Os alimentos refrigerados e ou congelados devem ser transportados em caminhão baú refrigerado ou em caixas térmicas apropriadas;
- Todos os ALIMENTOS PERECÍVEIS destinados as Escolas da **ZONA RURAL**, deverão ser entregues **MENSALMENTE**, no Departamento de Suprimentos conforme liberação de rota solicitada pelo Departamento de Nutrição, respeitando criteriosamente as datas de entregas e a forma de armazenamento em caixas térmicas enviadas pela empresa vencedora, pesada e identificada por escola conforme cronograma estipulado pela nutricionista.

13.2 - **NÃO PERECÍVEIS:** Entregar mensalmente no Departamento de Suprimentos conforme segue abaixo:

- 1ª remessa referente a FEVEREIRO/2015: **IMEDIATA, APÓS A HOMOLOGAÇÃO;**
- 2ª remessa referente a MARÇO/2015: **ATÉ 16/02/ 2015;**
- 3ª remessa referente a ABRIL/2015: **ATÉ 16/03/2015;**
- 4ª remessa referente a MAIO/2015: **ATÉ 20/04/2015;**
- 5ª remessa referente a JUNHO E JULHO /2015; **ATE 18/05/2015**

OBS 01: Qualquer gênero alimentício que for detectado alterações por parte das Escolas junto ao nutricionista, o contratado é obrigado a fazer a substituição imediata do mesmo;

OBS 02: As datas e quantidades de entregas (perecíveis e não perecíveis) devem ser cumpridas rigorosamente. O não cumprimento das mesmas causará suspensão da entrega em atraso podendo a empresa receber Notificação de entrega imediata e/ou abertura de Processo Administrativo.

14- QUANTO A MODALIDADE DE PAGAMENTO:

14.1 - As remessas do PNAE com recurso: **PNAE/ CONTRAPARTIDA – FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL, MAIO, JUNHO, JULHO/2015.**

14.2 – As remessas do PNAI com recurso: **PNAI / CONTRAPARTIDA – FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL, MAIO, JUNHO, JULHO/2015.**

14.3 - As remessas do EJA com recurso: **EJA/ CONTRAPARTIDA – FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL, MAIO, JUNHO, JULHO/2015.**

14.4 - As remessas do MAIS EDUCAÇÃO com recurso: **MAIS EDUCAÇÃO/ CONTRAPARTIDA – FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL, MAIO, JUNHO, JULHO/2015.**

14.5 - As remessas do **ALFABETIZAÇÃO PARAGOMINAS** com recurso: **ALFABETIZAÇÃO PARAGOMINAS/CONTRAPARTIDA – FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL, MAIO, JUNHO, JULHO/2015.**

OBS: Quanto à emissão de notas fiscais, deverão ser emitidas imediatamente de acordo com a entrega executada.

15 - DAS SANÇÕES: As previstas no Art. 78 da Lei 8.666/93 e demais sanções aplicáveis a casos da espécie.

16 - DO ORÇAMENTO: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2015:

- 2.093 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR;

- 2.101 – MANUTENÇÃO DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS – EJA.

FONTE DE RECURSO:

- ✓ PNAE/CONTRAPARTIDA,
- ✓ EJA/CONTRAPARTIDA,
- ✓ MAIS EDUCAÇÃO/CONTRAPARTIDA,
- ✓ PNAI/CONTRAPARTIDA
- ✓ ALFA-PARAGOMINAS/CONTRAPARTIDA

17 - DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização do cumprimento do contrato será realizada por servidor que será designado através de portaria assinado pelo Prefeito Municipal.

Atenciosamente,

Mozimeire Pereira S. Costa
Secretária Municipal de Educação

Manoel Jones da Silva
Superintendente Financeiro
SEMEC- Prefeitura Mun. de Paragominas

Artur José de Almeida C. Carneiro
Diretor de Ensino
Paragominas

Marcelo Carneiro Inácio
Diretor de Departamento
Secretaria Mun. de Paragominas

PARECER.
REF. LICITAÇÃO.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Paragominas, solicitou parecer jurídico sobre a viabilidade de abertura de processo licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao ensino de Jovens e Adultos (EJA) durante o 1º semestre de 2015.

O processo licitatório é instrumento formal, em regra, obrigatório para a contratação do Poder Público nas mais diversas situações, incluindo a concessão de serviços públicos, a aquisição de bens, a contratação de serviços, a locação de bens, bem como na alienação de bens.

Por força do art. 38 da lei de licitações torna-se necessária a manifestação jurídica com respeito à formalização do edital e da minuta do contrato futuro a ser celebrado com a administração. Neste sentido vem o texto legal. Vejamos:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado, numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

- I – edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso;**
- II – comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 desta Lei, ou da entrega do convite;**
- III – ato de designação da comissão de licitação, do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite;**
- IV – original das propostas e dos documentos que as instruírem**
- V – atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora;**
- VI – pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;**
- VII – atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação;**
- IX – despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente;**
- X – termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;**
- XI – outros comprovantes de publicações;**
- XII – demais documentos relativos à licitação.**

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes

devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.883 de 1994)

Portanto o que devemos ter como meta é agir dentro dos parâmetros legais. Vale ressaltar que a Constituição Federal, em seu art. 37, trata dos princípios aludidos, merecendo no presente caso destaque para o princípio da legalidade em razão do grande interesse público embutido. Vale a transcrição do texto constitucional:

Art. 37. A administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e eficiência e, também, ao seguinte:

I - Omissis

II - Omissis

.....

Deste modo, a obediência aos aspectos formais do processo de licitação é dever que se impõe.

Diante destas circunstâncias, considerando os aspectos formais do edital, entendemos que tanto a minuta do edital quanto do contrato, atende aos princípios embasadores do processo de licitação.

É o parecer.

SMJ.

Paragominas – PA, 04 de Dezembro de 2014.

TYCIA BICALHO DOS SANTOS CABELINO
Consultora Jurídica

PARECER – PREGÃO.
REF. LICITAÇÃO.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Paragominas, solicitou parecer jurídico sobre a viabilidade de abertura de processo licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados a atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao ensino de Jovens e Adultos (EJA) durante o 1º semestre de 2015.

No presente caso a aquisição dos bens poderá ser realizada através do sistema de pregão, visto que se enquadra na legislação que regula a matéria, em especial os dispositivos da lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, publicada no DOU 18.07.2002.

O que precisamos ter como meta é agir dentro dos parâmetros legais. Vale ressaltar que a Constituição Federal, em seu art. 37, trata dos princípios aludidos, merecendo no presente caso destaque para o princípio da legalidade em razão do grande interesse público embutido. Vale a transcrição do texto constitucional:

Art. 37. A administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e eficiência e, também, ao seguinte:

I - Omissis
II - Omissis

.....

Neste sentido, fica claro que a Administração Pública Municipal está vinculada aos preceitos constitucionais acima citados e especialmente aos dispositivos da lei 8.666/93, com as suas posteriores modificações.

Diante destas circunstâncias, considerando a natureza jurídica do ato e a sua finalidade, aliada aos valores específicos de que trata a aquisição manifestamos pela abertura do processo licitatório na modalidade de Pregão.

É o parecer.
SMJ.
Paragominas-PA. 04 de Dezembro de 2014.

TYCIA BICALHO DOS SANTOS CABELINO
Consultora Jurídica

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2014-00066 COM COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE CONFORME DISCIPLINA NO ART. 39 DA LEI MUNICIPAL Nº 769/2011.

A Prefeitura Municipal de Paragominas através do Decreto nº. 364/2014 datado de 23 de Junho de 2014 e publicado em 26 de Junho de 2014, que nomeia Equipe de Pregoeiros e Equipe de Apoio ao Departamento de Licitações. O Prefeito Municipal de Paragominas, torna Público, a quem possa interessar, que na Sala de Reuniões, em sua sede sito na Rua do Contorno, nº 1212 - Centro, nesta cidade, estará realizando o seguinte PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR ITEM para: **“AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A ATENDER AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E AO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DURANTE O 1º SEMESTRE DE 2015.”**, observando as indicações precisas deste Edital, suas cláusulas e seus anexos:

ABERTURA DO CERTAME: 29 DE DEZEMBRO DE 2014

HORÁRIO: 09:00h

O certame inicia com o recebimento dos credenciamentos junto com os envelopes propostas e habilitações. Em seguida com abertura das propostas e lances verbais.

CLÁUSULA I: DO ESTATUTO JURÍDICO:

1.1 A licitação em referência será regida pela lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto 3.555 de 08/08/2000 e alterações posteriores, Lei Estadual 6.474 de 06/08/2002, Lei complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 769/2011 aplicando-se subsidiariamente, no que couber e Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, que trata da matéria no âmbito da Administração Pública e suas alterações e demais condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, conforme as disposições a seguir.

CLÁUSULA II: DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

2.1 Este Pregão Presencial tem por objeto: **“AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A ATENDER AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E AO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DURANTE O 1º SEMESTRE DE 2015”**, conforme especificações em anexo, que passam a fazer parte integrante deste, independente de transcrição e/ou traslado.

2.2 São parte integrantes do presente Edital:

- 2.2.1 ANEXO I – MODELOS;
- 2.2.2 CARTA DE CREDENCIAMENTO – (art.4º, Inc.VII da Lei nº 10.520/2002)
- 2.2.3 Declaração de que a empresa está de acordo com as cláusulas do edital;
- 2.2.4 Declaração de Enquadramento como Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);
- 2.2.5 Declaração que cumpre plenamente os requisitos de Habilitação exigidos no Edital
- 2.2.6 Declaração do Menor;
- 2.2.7 Declaração de Responsabilidade;
- 2.2.8 ANEXO II – DEFINIÇÃO DOS ITENS;
- 2.2.9 PROTOCOLO DE RETIRADA DO EDITAL.

CLÁUSULA III: DAS AMOSTRAS:

3.1 As amostras dos gêneros alimentícios serão impostas somente ao licitante provisoriamente colocado em 1º lugar no certame. As amostras deverão ser apresentadas imediatamente após a fase de lances, as quais serão testadas/analizadas por nutricionistas indicados pela Secretaria Municipal de Educação (Depto de Alimentação Escolar) indicados designadas para este fim, observadas as determinações contidas nos incisos XII e XIII do Art. 4 da lei 10.520 c/c Art. 30 da lei 8.666 e Acórdão 1598/2006(TCU).

3.2 O Pregoeiro **IMEDIATAMENTE** após a análise da proposta de preços e fase de lances, solicitará amostra ao licitante provisoriamente classificado em 1º lugar, para a verificação da compatibilidade com as especificações do termo de referência e consequente aceitação da proposta.

3.3 A REPROVAÇÃO OU AUSÊNCIA DAS AMOSTRAS no momento de sua apresentação acarretará na DESCLASSIFICAÇÃO da proposta da empresa 1ª colocada no certame. Qualquer item fora das especificações e dos padrões de qualidade solicitados **NÃO PODERÃO SER SUBSTITUÍDOS**;

3.4 Os produtos deverão ser de 1ª qualidade;

CLÁUSULA IV – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:

Para atender as despesas decorrentes da presente Licitação, a PMP valer-se-á de recursos orçamentários, na seguinte funcional programática:

- 4.1.1 EXERCÍCIO: 2014.
- 4.1.2 CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 0902.12.306.1201.2.093 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.
- 4.1.3 CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA/ATIVIDADE: 0902.12.366.1201.2.101 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS – EJA
- 4.1.4 ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO;
- 4.1.5 SUBELEMENTO: 3.3.90.30.07 – GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO;
- 4.1.6 FONTES DE RECURSO: PNAE/CONTRAPARTIDA e EJA/CONTRAPARTIDA.
- 4.1.7 PERÍODO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL: A PARTIR DA CONTRATAÇÃO ATÉ 31 DE JULHO DE 2015.

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO:

- 5.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constante neste Edital;
- 5.2 Cada licitante apresentar-se-á com UM REPRESENTANTE LEGAL devidamente munido de credencial, sendo o ÚNICO ADMITIDO a intervir em todas as fases do procedimento licitatório, quer por escrito, quer oralmente, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada;
- 5.3 Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de um Licitante;
- 5.4 NÃO SERÁ ADMITIDA NESTA LICITAÇÃO a participação de empresas nas seguintes situações:
 - 5.4.1 Empresas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;
 - 5.4.2 Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública Estadual;
 - 5.4.3 Empresa que mantenha em seu quadro servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem como, empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico;
 - 5.4.4 Possuïrem em seu contrato social finalidade incompatível com o objeto do pregão.
 - 5.4.5 Cujos quadros sociais possuam sócios que integrem quadros sociais de outros licitantes que na condição de majoritário ou minoritário.

CLÁUSULA VI – DO CREDENCIAMENTO: (DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS FORA DOS ENVELOPES).

- 6.1 A abertura desta licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida por um Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo e no conteúdo deste Edital;
- 6.2 Antes do início da sessão, na parte exterior dos envelopes, os representantes das empresas interessadas em participar do certame DEVERÃO APRESENTAR-SE PARA CREDENCIAMENTO junto ao (a) Pregoeiro (a) devidamente munido com os documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes, nos termos da legislação (exigido pelo inciso IV do art. 11 do Decreto 3.555/2000) que comprove que o interessado ou o seu representante legal possui poderes para praticar todos os demais atos inerentes ao certame.
- 6.3 O CREDENCIAMENTO far-se-á com as seguintes exigências:
 - 6.3.1 Em sendo SÓCIO, PROPRIETÁRIO OU DIRIGENTE da empresa proponente deverá apresentar:
 - 6.3.2 Cópia do respectivo ESTATUTO ou CONTRATO SOCIAL E ALTERAÇÕES ou ainda a CONSOLIDAÇÃO do mesmo, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
 - 6.3.3 Cópia do documento oficial de identidade com foto (RG) ou CNH e CPF DOS SÓCIOS, PROPRIETÁRIO OU DIRIGENTE da empresa proponente;
- 6.4 Em caso de REPRESENTANTE:
 - 6.4.1 Além das cópias do Estatuto ou Contrato Social e do documento oficial com foto (R.G, CNH) e CPF dos sócios, proprietários ou dirigentes da empresa, deverá apresentar também instrumento PÚBLICO OU PARTICULAR DE PROCURAÇÃO ou CARTA DE CREDENCIAMENTO (Ver modelo no Anexo I) com firma reconhecida, ambas contendo poderes expressos para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante;
 - 6.4.2 Cópia do documento oficial de identidade: RG ou CNH e CPF do representante;

6.5 DECLARAÇÕES – APRESENTAR EM ORIGINAL:

6.5.1 DECLARAÇÃO de que o proponente conhece e está de acordo com as cláusulas do Edital;

6.5.2 DECLARAÇÃO de Enquadramento em Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);

6.5.3 DECLARAÇÃO que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital.

6.5.4 A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer documentos de credenciamento impedirá a participação do licitante na fase de lances verbais.

PARÁGRAFO ÚNICO: AS CÓPIAS SIMPLES dos documentos devem ser apresentadas junto com as originais para serem autenticadas por membro da equipe de apoio do Pregão, OU por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas.

6.6 MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

6.6.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que fizerem uso da Lei 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida no Edital de Licitação, ainda que com ressalva;

6.6.2 Nas contratações públicas da união, dos estados e dos municípios, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, desde que previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente, conforme Art. 47 da Lei nº. 123/2006.

6.6.3 Para que sejam beneficiadas pela Lei Complementar nº 123/06, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO/REENQUADRAMENTO expedida pela junta comercial do Estado onde fique demonstrada e comprovada a sua atual condição de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme art.8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do DNRC.

6.6.4 De acordo com o que determina o Art. 39 da Lei Municipal nº 769/2011 e Lei Federal 123/2006, a Administração Pública deverá reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor estimado do objeto a que se refere este edital, para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Local ou Regional. Para viabilizar a aplicabilidade do percentual a que se referem esses dispositivos legais, os itens serão segregados em planilhas, constituindo-se dos anexos.

CLÁUSULA VII – DOS ENVELOPES: PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

7.1 Os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados no edital para abertura deste certame, em envelopes SEPARADOS, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

7.1.1 ENVELOPE Nº. 1: PROPOSTA DE PREÇOS;

7.1.2 ENVELOPE Nº. 2: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

7.2 OS ENVELOPES DEVERÃO CONTER, EM SUAS PARTES EXTERNAS, OS SEGUINTE DIZERES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS - DEPTº. DE LICITAÇÕES

✓ PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2014-00066

✓ RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE CNPJ:

ENVELOPE Nº. 01 (PROPOSTA DE PREÇOS)

ENVELOPE Nº. 02 (HABILITAÇÃO)

7.3 Prefeitura Municipal não se responsabilizará por envelopes Documentação e Propostas, endereçados via postal ou por outras formas, entregues em local diverso da Prefeitura, e que, por isso, não cheguem à data e horário previsto no preâmbulo deste instrumento convocatório.

CLAUSULA VIII – DA PROPOSTA DE PREÇOS:

8.1 A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente, contendo: Discriminação detalhada dos itens, marca, preço unitário dos itens, total e valor global da proposta, expressos em real, em algarismo até duas casas decimais e por extenso de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto desta licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado; (Ex: R\$ 0,01, etc...)

8.2 A proposta deve apresentar as características dos produtos a serem adquiridos, de forma clara e precisa, indicando marca, fabricante, modelo, tipo, e demais dados pertinentes, e conformidade com o que foi solicitado;

8.3 Nos preços contidos na proposta escrita e naqueles que, porventura, vierem a ser ofertados por meio de lances verbais devem estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

8.4 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão

considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

8.5 O prazo de validade: 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.6 Na apresentação das propostas não serão aceitos produtos em discordância com as características definidas no edital.

8.7 As empresas participantes terão ainda que **APRESENTAR PROPOSTA EM ARQUIVO TIPO PLANILHA DO MICROSOFT OFFICE EXCEL 97 – 2003**, que deverá ser preenchida conforme proposta escrita (itens acima), inclusive com os mesmos valores e marcas, **NÃO PODENDO SER ALTERADA A ESTRUTURA DO ARQUIVO E NÃO RENOMEÁ-LO** para que estes possam ser importados direto ao sistema. **O ARQUIVO DEVE SER SALVO EM DISPOSITIVO MÓVEL (PEN DRIVE, CD e outros) e ENTREGUE** junto ao envelope proposta escrita;

8.8 O arquivo para preenchimento **item 8.7** será disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Paragominas, no momento da retirada do edital;

8.9 O dispositivo móvel é de inteira responsabilidade da licitante;

8.10 Finalizada a sessão a licitante poderá solicitar o dispositivo ao pregoeiro, que entregará mediante protocolo;

8.11 A apresentação da proposta em arquivo **NÃO DESOBRIGARÁ a empresa em apresentar proposta escrita**, devendo ser apresentada de ambas as formas;

8.12 A não apresentação da proposta conforme **item 8.7** poderá ocasionar **DESCCLASSIFICAÇÃO** das empresas;

8.13 **SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS:** com base no art. 48, incisos I e II da Lei 8.666/93:

8.13.1 Quando apresentarem preços excessivos ou com valor global superior ao limite estabelecido, ou com preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividades são compatíveis com execução do objeto;

8.13.2 Propostas que não atendam as exigências do Presente Edital e seus anexos que sejam omissas ou apresentem irregularidades capazes de dificultar o seu julgamento, serão desclassificadas.

8.13.3 Consideram-se manifestamente inexeqüíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a (70% setenta por cento) do valor orçado pela Administração;

8.13.4 Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá fixar o prazo de 08 dias úteis para apresentação de nova documentação e/ou outras propostas, livre das causas referidas na condição anterior;

CLÁUSULA IX – DA SESSÃO DO PREGÃO:

9.1 A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e Documentos de Habilitação, será pública e dirigida pelo Pregoeiro, na data, horário e local e nos termos determinados neste Edital;

9.2 Os envelopes deverão ser entregues, com os documentos de credenciamento (conforme Cláusula VI do Edital);

9.3 Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes;

9.4 Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de preços, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pelo Pregoeiro e pelos participantes que o desejarem. O Pregoeiro verificará a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, desclassificando, preliminarmente, aquelas:

9.4.1 Em desacordo com o Edital;

9.4.2 Com preços excessivos, manifestadamente superiores ao valor de mercado;

9.4.3 Com preços manifestadamente inexeqüíveis.

9.5 Concluída a fase de lances, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto a compatibilidade de preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exeqüibilidade, bem como ao cumprimento das especificações do objeto, decidindo motivadamente a respeito;

9.6 O Pregoeiro, imediatamente após a análise da proposta e fase de lances, solicitará **AMOSTRA** ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar para a verificação da compatibilidade com as especificações do Termo de Referência e consequente aceitação da proposta;

9.7 As empresas que tiverem suas amostras reprovadas/desclassificadas **não poderão** substituir a mesma por outro produto;

9.8 No caso de não haver entrega da amostra, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega da amostras fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será **desclassificada**;

9.9 No caso de não aceitação do produto (reprovação das amostras), o (s) servidor(es) designados pela Secretaria Municipal de Educação (Depto. De Alimentação Escolar) que analisará(ão) as amostras do licitante classificado subsequente conforme proposta ou fase de lances;

9.10 Após a fase das amostras os responsáveis pela análise das mesmas procederão uma decisão que será registrada em relatório do certame;

9.11 Após a decisão de classificação ou não das amostras, o Pregoeiro passará para a fase de habilitação e continuidade do processo licitatório.

CLÁUSULA X – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

- 10.1 Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM;
- 10.2 Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, o Pregoeiro e sua equipe de apoio classificarão o licitante autor da proposta de menor preço do certame, e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e não superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, conforme disposto no inciso VI do artigo 11 do Decreto nº. 3.555/2000;
- 10.3 Se nenhuma proposta for apresentada na Cota reservada para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fica permitido que os representantes das empresas participantes e devidamente habilitadas que, sendo os fins e objetivos constantes de seus atos constitutivos ou estatutos compatíveis com o objeto da Licitação e estando devidamente comprovado, poderão apresentar novas propostas para os itens da Cota Reservada, dando continuidade aos procedimentos do Certame e seu resultado ser registrado em Ata e publicação no Diário Oficial.
- 10.4 Os interessados deverão apresentar novo envelope de proposta para apenas os itens que da Cota Reservada forem dados como desertos.
- 10.5 Ocorrendo a situação apontada no item 10.3 deste Edital, deverá ser respeitada todas as fases previstas neste documento editalício, uma vez que se realiza uma fase do processo de seleção do vencedor por menor preço.
- 10.6 Ocorrendo novamente o item “deserto” a Administração Pública deverá seguir com o que orienta a Lei 8.666/93.
- 10.7 Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 03 (três), para que seus proponentes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas, conforme disposto no inciso VII, do artigo 11, do mesmo Decreto;
- 10.8 O empate entre dois ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão;
- 10.9 Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo último classificado e prosseguindo-se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação;
- 10.10 Os lances verbais destinam-se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, tem de ser, obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances para igualar valores bem como valores considerados inexequíveis (inferiores a 70 % do valor orçado pela Administração);
- 10.11 A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo (a) Pregoeiro (a), implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas;
- 10.12 Caso não se realize lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço do item e o respectivo valor estimado para aquisição objeto deste certame;
- 10.13 O (a) Pregoeiro (a) com vistas a redução do preço, poderá negociar com o autor da oferta de menor valor;
- 10.14 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, exclusivamente pelo critério de menor preço, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito;
- 10.15 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus anexos, será declarado pelo (a) Pregoeiro (a) o licitante vencedor, este por sua vez deverá apresentar ao (a) Pregoeiro (a), no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após o encerramento deste pregão, a proposta escrita de preços contemplando o lance final ofertado;
- 10.16 Sendo aceitável a proposta de menor preço será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante vencedor;
- 10.17 Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou o seu autor não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, até a apuração do licitante que atenda a todas as exigências do Edital, inclusive quanto à documentação de habilitação, o qual será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto;
- 10.18 NÃO PODERÁ HAVER DESISTÊNCIA DOS LANCES OFERTADOS, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;
- 10.19 Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo (a) Pregoeiro (a) e licitantes presentes;
- 10.20 A manifestação da intenção de interpor recursos será feita ao final da sessão caso haja interesse, com registro em Ata da síntese das suas razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de três dias úteis;
- 10.21 O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) terá efeito suspensivo;
- 10.22 Não será motivo de desclassificação, simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem aquelas que possam lesar os direitos dos demais licitantes.

CLÁUSULA XI – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 11.1 As licitantes deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, com vigência plena até a data fixada para abertura dos envelopes de documentação. Poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor membro da Equipe de Apoio de Pregão;

11.2 Os documentos requeridos para análise na fase de habilitação deverão ser entregues em ORDEM na FORMA ENCADERNADA/GRAMPEADA, de acordo com os itens e subitens deste Edital.

11.3 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.3.1 Documentação dos Sócios ou diretores (Cópias do R.G e CPF);

11.3.2 Registro Comercial, no caso de empresa individual;

11.3.3 Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhadas de documento de eleição de seus administradores;

11.3.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de provas da diretoria em exercício;

11.3.5 Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.4 HABILITAÇÃO TÉCNICA:

11.4.1 Prova de que a empresa possui atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa Jurídica de Direito público ou privado, que tenha fornecido os materiais com características do Objeto da Licitação, em papel timbrado e com ASSINATURA DEVIDAMENTE RECONHECIDA EM CARTÓRIO.

11.4.2 Licença de Funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária;

11.4.3 Registro dos produtos em órgão competente, Certificado de Registro no SIF/DIPOA e/ou SIE do Fabricante e/ou SIM, quando for o caso e a respectiva Ficha técnica, assinada por um técnico da área de alimentos que, no momento do certame serão analisadas pela Nutricionista responsável pelo Departamento de Alimentação Escolar e Equipe. Os produtos de competência do Ministério da Saúde devem estar de acordo com as exigências da Legislação em vigor no País – ANVISA/MS e da Resolução nº. 015 de 16 de Junho de 2003 do FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE, tais como:

- FRANGO CONGELADO IN NATURA;
- CARNE MOÍDA DE MÚSCULO BOVINO;
- FÍGADO BOVINO CONGELADO;
- COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADAS;
- CARNE BOVINA SEM OSSO TIPO ACÉM;
- PEITO DE FRANGO CONGELADO;
- ISCA DE CARNE TIPO ACÉM;
- COXINHAS DE FRANGO CONGELADAS;
- CORAÇÃO DE FRANGO CONGELADO;
- FILÉ DE PEIXE CONGELADO;
- SALSICHA TIPO HOT DOG;
- ALMÔNDegas BOVINA CONGELADA.

11.4.4 Ficha Técnica e análise microbiológica emitida POR UM LABORATÓRIO OFICIAL PÚBLICO dos produtos não considerados básicos como:

- FRANGO CONGELADO IN NATURA;
- CARNE MOÍDA DE MÚSCULO BOVINO;
- FÍGADO BOVINO CONGELADO;
- COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADAS;
- CARNE BOVINA SEM OSSO TIPO ACÉM;
- PEITO DE FRANGO CONGELADO;
- ISCA DE CARNE TIPO ACÉM;
- COXINHA DE FRANGO CONGELADA;
- CORAÇÃO DE FRANGO CONGELADO
- FILÉ DE PEIXE CONGELADO;
- SALSICHA TIPO HOT DOG;
- ALMÔNDegas BOVINA CONGELADA.

11.4.5 Os documentos mencionados nos subitens 11.4.3 e 11.4.4 DEVERÃO ser apresentados no momento da habilitação durante o certame e no Departamento de Alimentação Escolar (Coordenadoria de Suprimentos e Almoxarifado) no ato da entrega dos produtos pela empresa vencedora.

11.5 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.5.1 BALANÇO PATRIMONIAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, apresentado na forma da Lei, e demonstração de índice de liquidez que deverá ser IGUAL OU SUPERIOR A 01 (UM), calculado e demonstrado pela fórmula: $ILC=AC/PC$, ONDE: ILC: ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE; AC: ATIVO CIRCULANTE; PC: PASSIVO CIRCULANTE, assinado, carimbado pelo contador REGISTRADO PELA JUNTA COMERCIAL;

11.5.2 BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação ocorrida no período;

11.5.3 Serão considerados aceitos na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados;

11.5.3.1 Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/1976 (sociedade anônima);

11.5.3.2 Publicada em Diário Oficial ou publicado em jornal de grande circulação ou por fotocópia registrada;

11.5.3.3 Autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

11.5.4 Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

11.5.4.1 Por fotocópia do livro Diário, inclusive com Termos de Abertura e Encerramento, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

11.5.5 Sociedade criada no exercício em curso:

11.5.5.1 Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

11.5.6 O balanço ou as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

11.5.7 As empresas obrigadas a utilizar a ECD – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL a partir de 1º de Janeiro de 2008 terão a obrigatoriedade de apresentar seu Balanço Contábil até Junho do ano seguinte do ano-calendário a que se refira a escrituração (Instrução Normativa) 787 de 19 de Outubro de 2007;

11.5.8 CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E CONCORDATA, expedida pelo Distribuidor Judicial da sede da empresa (EMIÇÃO COM DATA ATÉ 180 (Cento e oitenta) dias ANTERIOR A DATA DA ABERTURA DO CERTAME). Os documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuírem prazo de validade, SOMENTE SERÃO ACEITOS COM A DATA NÃO EXCEDENTE A 30 (TRINTA) DIAS DE ANTECEDÊNCIA da data prevista para apresentação das propostas, exceto a certidão de falência e de recuperação judicial e ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA;

11.5.9 Prova de que a empresa possui Capital Social igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor global ganho em licitação totalmente integralizado;

11.5.10 Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte estão dispensadas da apresentação do balanço na forma da lei, devendo apresentar apenas o DEMONSTRATIVO FINANCEIRO.

11.6 HABILITAÇÃO FISCAL:

11.6.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

11.6.2 FICHA DE INSCRIÇÃO CADASTRAL ESTADUAL (FIC);

11.6.3 ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO do domicílio ou sede do licitante e pertinente ao seu ramo de atividade, conforme for o caso;

11.6.4 FAZENDA (FEDERAL): Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

11.6.5 ESTADUAL: Certidões Negativas de Natureza Tributária e Não Tributária;

11.6.6 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS domicílio ou sede do licitante e se possuir Filial ou desempenhar atividades no Município de Paragominas/PA;

11.6.7 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS - INSS;

11.6.8 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO JUNTO AO FGTS, comprovando a regularidade da empresa no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

11.7 REGULARIDADE TRABALHISTA:

11.7.1 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (caso a empresa tenha filiais, os documentos apresentados com relação a CNDT (certidão negativa de débitos trabalhistas) deverão ser apresentados de todas as filiais, bem como da matriz, CONF. ART. 642-A DA CLT, ACRESCENTANDO PELA LEI Nº 12.440 DE 07/07/2011, E NA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 1470/2011 DO TST DE 24/08/2011.

PARÁGRAFO ÚNICO: As empresas que apresentarem as certidões de regularidades COM DÍVIDA deverão apresentar juntamente com as mesmas os 03 (três) últimos Comprovantes de pagamentos regularizados caso haja, exceto quando estiverem com exigibilidade suspensa. A Certidão Negativa de Débito Municipal que deve estar REGULAR.

11.8 DECLARAÇÕES – APRESENTAR EM ORIGINAL:

11.8.1 As licitantes deverão apresentar ainda a declaração de que a firma não possui em seu QUADRO PERMANENTE MENORES, conforme art. 7 XXXIII da constituição Federal/88, redação dada pelo artigo 1º da emenda constitucional nº. 20/98. XXXIII - Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. Art. 27, da lei 8.666/93;

11.8.2 Declaração que a empresa assume integral responsabilidade por danos ou prejuízos pessoais ou materiais que causar a essa Prefeitura, a terceiros, por si, representantes ou sucessores.

11.9 SOB PENA DE INABILITAÇÃO, TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS PARA HABILITAÇÃO DEVERÃO ESTAR:

11.9.1 Em nome da licitante, e preferencialmente com número do CNPJ e com endereço respectivo;

11.9.2 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

11.9.3 Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

11.9.4 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou das filiais da licitante;

PARÁGRAFO ÚNICO: Serão aceitos registros de CNPJ de licitantes, matriz e filiais, com diferenças de números de documentos pertinentes as CNDs, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.9.5 Os documentos mencionados acima NÃO PODERÃO ser substituídos por qualquer tipo de protocolo;

11.9.6 Os documentos DEVEM ser apresentados em ORIGINAL, CÓPIAS SIMPLES acompanhadas das originais para serem autenticadas pela equipe do Pregão ou por qualquer processo de CÓPIA AUTENTICADA por tabelião de notas. (art. 32 – lei 8.666/93);

11.9.7 Todas as CERTIDÕES EMITIDAS VIA INTERNET DEVERÃO ser ORIGINAIS;

11.9.8 Os envelopes com documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, como parte integrantes do processo;

11.9.9 Para efeito deste item considera-se vencida a fase de habilitação com a divulgação de seu resultado;

CLÁUSULA XII – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidades, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Paragominas;

12.2 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre o pedido de impugnação do Edital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme estabelecido no § 1º do art. 12 do Decreto nº. 3.555/2000. Demais informações poderão ser obtidas na PMP, Av. do Contorno, 1212, Centro, Paragominas/PA, no horário de 08:00hs às 11:50h e de 14:00h às 17:00h;

12.3 Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, ou os esclarecimentos ou providências solicitados determinem alterações no Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

CLÁUSULA XIII – DOS RECURSOS:

13.1 Ao final da sessão, depois de declarado o vencedor do PREGÃO, qualquer licitante credenciado poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, devendo desde logo expor suas razões em ata quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para juntar memorial e razões do recurso por escrito, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. As manifestações recursais deverão ser encaminhadas em original ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Paragominas para o seu devido registro;

13.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, durante a sessão, importará a decadência do direito de recurso e conseqüentemente haverá a adjudicação do objeto da licitação pelo (a) Pregoeiro (a) ao vencedor;

13.3 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

13.4 A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em ata;

13.5 O recurso contra a decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo;

13.6 Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor;

13.7 Quando o licitante se ausentar antes do termino da Ata e da sessão, entregara ao Pregoeiro uma declaração de desistência, informando estar ciente das conseqüências deste ato, uma vez preclui o direito de recorrer quando ausente a manifestação em ata.

CLÁUSULA XIV – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

14.1 Inexistindo manifestação recursal, caberá ao Pregoeiro a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor do certame, com a posterior homologação do resultado pelo Prefeito Municipal de Paragominas;

14.2 Adjudicado o objeto ao vencedor do certame, poderá o Pregoeiro negociar diretamente com o adjudicatário, buscando obter um melhor preço;

14.3 Ocorrendo recursos, resolvidos os mesmos, caberá ao Prefeito Municipal de Paragominas a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, seguindo competente homologação do resultado;

14.4 Depois de declarado como vencedor, o licitante quando convocado terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis à comparecer a sede da Prefeitura Municipal de Paragominas, localizada à Rua do Contorno nº 1212 – Centro, para assinatura do contrato;

14.5 O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo PMP;

14.6 A recusa injusta do licitante vencedor em assinar o contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas neste Ato Convocatório.

PARAGRAFO ÚNICO: A proposta vencedora **SÓ SERÁ ADJUDICADA/HOMOLOGADA** quando esta apresentar ao Pregoeiro a **PROPOSTA FINAL**, no prazo de 48 horas. Caso não cumpra esse período esta automaticamente desclassificada, sendo convocada a empresa com oferta subsequente.

CLÁUSULA XV - DO CONTRATO:

15.1 As obrigações decorrentes da Licitação constarão em Contrato Bilateral, no qual serão discriminadas as condições estabelecidas neste Edital e na proposta da vencedora.

15.2 A empresa vencedora quando convocada terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para assinatura do contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8666/93. No momento da assinatura do contrato, a empresa deverá estar com todos os documentos fiscais válidos. A minuta do Contrato estará à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Paragominas;

15.3 Para fins de contratação, a empresa vencedora deverá possuir Certificação Digital (e-CNPJ) para assinatura do contrato através de arquivo digital, NÃO DESOBRIGARÁ a empresa da assinatura do contrato escrito.

15.4 O prazo do referido contrato será a partir da contratação até 31 de Julho de 2015.

15.5 O referido Contrato poderá ser prorrogado, nos casos previstos nos parágrafos 1º e/ou 2º do Art. 57 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

15.6 A assinatura do Contrato será efetivada após aprovação e homologação do resultado desta Licitação, pelo Prefeito Municipal de Paragominas;

15.7 FARÃO PARTE INTEGRANTE DO CONTRATO:

15.7.1 Os itens constantes no presente Edital;

15.7.2 O presente Edital;

15.7.3 Proposta Comercial e orçamento discriminado;

15.8 Em caso de inexecução total ou parcial do contrato independente da rescisão, será iniciado ou instruído pela Prefeitura Municipal de Paragominas, processo de inidoneidade da contratada para licitar, contratar ou subcontratar com o Município.

15.12 Para eventuais serviços não previstos ou extracontratuais, os preços unitários serão fixados mediante acordo entre as partes.

15.13 O licitante que se recusar ou deixar de assinar o Contrato dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, contados da convocação realizada pela Administração, ficará sujeito às penalidades previsto na Lei.

CLÁUSULA XVI – DAS PENALIDADES:

16.1 Os licitantes participantes deste certame, que não cumprirem o estabelecido no art.7º da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e art. 14 do Decreto nº 3.555 de 08/08/2000, estarão sujeitos à penalidades neles previstas.

16.2 Em caso de inexecução total ou parcial do contrato independente da rescisão, será iniciado ou instruído pela Prefeitura Municipal de Paragominas, processo de inidoneidade da contratada para licitar, contratar ou subcontratar com o Município.

16.3 No caso de atraso no início do serviço, no andamento previsto na proposta e na conclusão do mesmo, a contratada estará sujeita à penalidade seguinte:

16.3.1 Advertência por escrito;

16.3.2 Multa de mora de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor dos materiais/produtos não entregues sem justa causa;

16.3.3 20% (vinte por cento) do valor global do contrato quando houver rescisão por inadimplemento da contratada sem prejuízo da penalidade prevista no item anterior.

16.3.4 Suspensão temporária do direito de licitar, contratar ou subcontratar com a Prefeitura Municipal de Paragominas.

16.3.5 A recusa ou retardamento na assinatura do contrato será penalizada com multa de 20% (vinte por cento) do valor da licitação.

16.4 As multas pecuniárias referidas nesta cláusula deverão ser colocadas à disposição da Prefeitura Municipal de Paragominas, através da sua Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da

ciência do contratado, da aplicação da penalidade, sob pena de, inclusive, ficar impedido de participar de licitações processadas pela referida Prefeitura.

CLÁUSULA XVII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

17.1 DA CONTRATANTE:

17.1.1 Efetuar os pagamentos dos produtos solicitados, mediante a apresentação de Notas Fiscais, que deverão vir acompanhadas do pedido de compra assinado por no mínimo, 02 (dois) dos seguintes indicados: Prefeito, Vice-Prefeito, Coordenador de Suprimentos e Almoxarifado e Secretária Municipal de Educação.

17.2 DA CONTRATADA:

17.2.1 Além das obrigações elencadas neste instrumento convocatório e no contrato, proceder a entrega dos produtos no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis para as empresas instaladas no Estado do Pará e em até 08(oito) dias corridos para as empresas instaladas nos demais Estados da Federação, após a solicitação do Departamento de Alimentação Escolar – Coordenadoria de Suprimentos e Almoxarifado. A entrega dos produtos deverá ser realizada a um funcionário credenciado, de acordo com os pedidos de compras realizados.

17.2.2 A Contratada fica obrigada a efetuar a qualquer tempo e a critério da Secretaria Municipal de Educação de Paragominas, a substituição dos produtos que por ventura apresentarem avarias ou divergências com as especificações definidas em Edital, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal;

17.2.3 Serão de inteira responsabilidade da empresa fornecedora as despesas decorrentes da entrega dos materiais e sua posterior devolução, caso seja necessária, nos prazos estabelecidos.

CLÁUSULA XVIII – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

18.1 Atender aos Programas de Alimentação Escolar (PNAE), de Jovens e Adultos (EJA), Alimentação Escolar Indígena (PNAI), Mais Educação (PNAE) e Alfabetização Paragominas, para o município de Paragominas, o que virá garantir a continuidade dos programas e principalmente atender as necessidades dos alunos nas Escolas da Rede Municipal de Ensino durante o 1º semestre de 2015.

CLÁUSULA XIX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1 O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital sujeitará o Licitante às seguintes sanções, quando for o caso:

19.1.1 Advertência;

19.1.2 Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Paragominas por prazo não superior a 02 (dois) anos;

19.1.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração por prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

19.2 Fica facultada a defesa prévia da Licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato;

19.3 As sanções poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da Licitante, devidamente comprovadas perante a Prefeitura Municipal de Paragominas.

CLÁUSULA XX – DA VIGÊNCIA, ENTREGA E PAGAMENTO:

20.1 DA VIGÊNCIA:

20.1.1 A vigência do Contrato será a partir da contratação até 31 de Julho de 2015, podendo ser prorrogado, nos casos previstos nos parágrafos 1º e/ou 2º do Art. 57 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

20.2 ENTREGA:

20.2.1 **ALIMENTOS PERECÍVEIS:** Entregar **SEMANALMENTE** nas Escolas da Zona Urbana de acordo com o cronograma estipulado pela Nutricionista, respeitando a data de entrega criteriosamente, referente ao 1º semestre de 2015 e de acordo com as normas da Vigilância Sanitária seguindo as exigências abaixo:

- Transporte em caminhão baú fechado;
- As embalagens dos produtos deverão ser transparentes com a identificação do gênero alimentício, selo do SIF/SIM/DIPOA e/ou SIE (quando for o caso) e data de validade;
- As carnes deverão ser acondicionadas em embalagens conforme especificações dos itens descritos no anexo do edital;
- Os alimentos refrigerados e/ou congelados devem ser transportados em caminhão baú refrigerado ou em caixas térmicas apropriadas;
- Todos os **ALIMENTOS PERECÍVEIS** destinados as Escolas da Zona Rural deverão ser entregues **MENSALMENTE** na Coordenadoria de Suprimentos e Almoxarifado (Departamento de Alimentação

Escolar), conforme liberação de rota solicitada pelo Departamento de Nutrição, respeitando as datas de entregas e a forma de armazenamento. Acondicionar em caixas térmicas enviadas pela empresa vencedora, devidamente pesadas e identificadas por escola conforme cronograma estipulado pela nutricionista.

20.2.2 ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS: Entregar **MENSALMENTE** no Departamento de Alimentação Escolar (Coordenadoria de Suprimentos e Almoxarifado) localizado na Prefeitura Municipal de Paragominas, sito a Rua do Contorno, nº. 1212, Centro, Paragominas/PA, conforme abaixo:

- 1ª REMESSA - referente a FEVEREIRO/2015: IMEDIATA, APÓS A HOMOLOGAÇÃO;
- 2ª REMESSA - referente a MARÇO/2015: ATÉ 16/02/2015;
- 3ª REMESSA - referente a ABRIL/2015: ATÉ 16/03/2015;
- 4ª REMESSA - referente a MAIO/2015: ATÉ 20/04/2015;
- 5ª REMESSA - referente a JUNHO e JULHO/2015: ATÉ 18/05/2015.

20.2.3 Qualquer Gênero alimentício que for detectado alterações por parte da Secretaria Municipal de Educação – Departamento de Alimentação Escolar, o contratado é obrigado a FAZER A SUA SUBSTITUIÇÃO IMEDIATA.

20.2.4 As datas e quantidades de entregas devem ser cumpridas RIGOROSAMENTE. O não cumprimento das mesmas causará suspensão da entrega, em atraso podendo a empresa receber NOTIFICAÇÃO de entrega imediata e/ou abertura de processo administrativo.

20.3 DA GARANTIA:

20.3.1 A empresa se compromete a entregar os produtos dentro das especificações descritas em Edital e conforme os padrões exigidos pelo FNDE e Vigilância Sanitária.

20.4 DO PAGAMENTO:

20.4.1 Mediante a apresentação de Notas Fiscais, que deverão vir acompanhadas do pedido de compra assinado por no mínimo 02 (dois) dos seguintes indicados: Prefeito, Vice-Prefeito, Coordenador de Suprimentos e Secretária Municipal de Educação. Deve-se ressaltar a necessidade de as Notas Fiscais virem acompanhadas dos respectivos DANFS (Documento auxiliar da Nota Fiscal) os quais deverão conter o **atesto** de recebimento pelo servidor que recebeu e conferiu o material relacionado em tais documentos, conforme preceitua o Art. 62 a 63, da Lei 4.320/64.

20.4.2 As Notas Fiscais deverão ser emitidas de acordo com a solicitação que será realizada através de ORDEM DE COMPRA expedida pela Secretaria Municipal de Educação – SEMEC com a autorização do Sr. Prefeito Municipal;

20.4.3 O valor dos materiais/produtos incluiu e comporta todos os custos necessários, inclusive com o transporte dos materiais/produtos;

20.4.4 O licitante vencedor deverá possuir conta bancária corrente a qualquer Inst. de crédito dentro do país. Não se permitirá, portanto outra forma de pagamento que não seja a de crédito em conta, o que vem cumprir as normativas do decreto da Presidência da República 6.170 de 25 de julho de 2007.

20.4.3 MODALIDADE DE PAGAMENTO:

- a) As remessas do PNAE com recurso PNAE/CONTRAPARTIDA – FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL, MAIO, JUNHO, JULHO/2015.
- b) As remessas do MAIS EDUCAÇÃO com recurso MAIS EDUCAÇÃO/CONTRAPARTIDA - FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL, MAIO, JUNHO, JULHO/2015.
- c) As remessas do ALFABETIZAÇÃO PARAGOMINAS com recurso ALFABETIZAÇÃO PARAGOMINAS/CONTRAPARTIDA - FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL, MAIO, JUNHO, JULHO/2015.
- d) As remessas do PNAI com recurso PNAI/CONTRAPARTIDA - FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL, MAIO, JUNHO, JULHO/2015.
- e) As remessas do EJA com recurso EJA/CONTRAPARTIDA - FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL, MAIO, JUNHO, JULHO/2015.

CLÁUSULA XXI – FISCALIZAÇÃO:

21.1 A contratante fiscalizará os materiais/produtos que serão entregues pela contratada a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as cláusulas do contrato;

21.2 Com relação à qualidade dos materiais, será aprovada pela Comissão instituída pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – (Depto. De Alimentação Escolar) e caso não esteja nos padrões exigidos para consumo, os produtos serão devolvidos;

21.3 Não obstante seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos materiais/produtos objeto deste contrato, a contratante através de comissão especialmente designada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – (Depto. De Alimentação Escolar), fiscalizará a execução do contrato sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade;

21.4 Ficam nomeadas através da PORTARIA Nº 012/2014, datada de 09 de Setembro de 2014 e Publicada em 11 de Setembro de 2014, para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos no que se refere a aquisição de bens, cuja Prefeitura Municipal de Paragominas se apresenta como contratante e conforme indicação da Secretaria Municipal de Educação, determina a partir desta data as servidoras: Clarice Lira Nogueira (RG 1455148 SSP/PA) e Galbani Possidônio Cardoso Carneiro (RG 2402750 SSP/PA) – Secretaria Municipal de Educação (fiscalizar os contratos referentes a compras direcionadas a Alimentação Escolar), devendo, portanto o setor competente promover anotações em registro próprio, contendo as ocorrências relacionadas à execução dos contratos, sempre buscando a regularização das falhas detectadas, exigindo assim o fiel cumprimento do objeto contratual.

CLÁUSULA XXII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

22.1 Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.2 Das reuniões de abertura e julgamento da PROPOSTA E HABILITAÇÃO, lavrar-se-ão atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da comissão e licitantes presentes.

22.3 No interesse da administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

22.3.1 Adiada a data da abertura desta licitação;

22.3.2 Alteradas as condições do edital, com fixação do novo prazo para sua realização.

22.4 A Prefeitura Municipal de Paragominas poderá anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público decorrente de fato superveniente, dando ciência aos interessados desta decisão;

22.5 A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irrevogável das normas do edital e do Termo de Referência, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

22.6 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveriam constar no ato da sessão pública.

22.7 A Contratada ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Paragominas, reparando às suas custas os mesmos, durante a execução do contrato, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Prefeitura Municipal de Paragominas;

22.8 Após a fase de lances verbais haverá um prazo de 48 horas para apresentação da nova proposta de preços, em seguida a homologação, assinatura de contratos e entrega dos produtos;

22.9 Fica eleito o Foro da Paragominas, Estado do Pará, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas relativas a este Edital, ou questões judiciais do futuro contrato.

CLÁUSULA XXIII – DOS CASOS OMISSOS:

23.1 Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo Pregoeiro, observados os preceitos de direito público e as disposições das leis que regem a matéria.

Paragominas-Pa, 15 de Dezembro de 2014.



GERSEMI PEREIRA DE OLIVEIRA
PREGOEIRO



PAULO POMBO TOCANTINS
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2014-00066 COM COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS
DE PEQUENO PORTE CONFORME DISCIPLINA NO ART. 39 DA LEI MUNICIPAL Nº 769/2011.

ANEXO I
MODELOS DE DECLARAÇÕES
CARTA DE CREDENCIAMENTO
(Em papel timbrado da empresa)
Local e data

Ao Pregoeiro (a)
Ref. PREGÃO - Nº 9/2014-00066

Pela presente, fica credenciado o Sr(a) _____, inscrito no CPF sob o nº _____, identidade nº _____, expedida por _____, para representar esta Empresa (nome) _____ e CNPJ) _____ no Pregão acima referido, a quem se outorga poderes para rubricar propostas dos demais concorrentes, assinar atas e documentos, receber notificação, tomar ciência de decisões, acordar, transigir, enfim, praticar todo e qualquer ato necessário à perfeita representação ativa da outorgante no procedimento de coleta de preços em referência.

Carimbo CNPJ
Assinatura do responsável pela empresa

Nome da empresa com assinatura da(s) pessoa(s) que credenciar (em) o Representante (com firmas reconhecidas)

Observação Importante: A carta escrita no modelo acima deverá ser entregue fora dos envelopes relacionados no Edital, juntamente com uma cópia autenticada do Contrato Social, Instrumento de Procuração que comprove a legitimidade de poderes da pessoa que tiver assinado o credenciamento. Entregar, juntamente com a carta de credenciamento, a cópia simples da cédula de identidade do representante designado.

DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA ESTÁ DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS DO EDITAL
(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)


Ref. PREGÃO – Nº 9/2014-00066

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ por intermédio do seu representante legal, o sr.(a) _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF Nº _____, DECLARA, para fins de que a empresa está de acordo com as cláusulas do Edital.
CIDADE/UF, DD de MMMM DE 201 ____

Carimbo do CNPJ/MF da empresa
Assinatura do responsável da empresa

Paragominas-Pa, 15 de Dezembro de 2014.


GERSEMI PEREIRA DE OLIVEIRA
PREGOEIRO


PAULO POMBO TOCANTINS
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2014-00066 COM COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS
DE PEQUENO PORTE CONFORME DISCIPLINA NO ART. 39 DA LEI MUNICIPAL Nº 769/2011.

ANEXO I
MODELOS DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE
(Em papel timbrado da empresa)

....., inscrita no CNPJ no, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF no
....., DECLARA, para fins do disposto no item 7 – Condições para Participação do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

(data)

.....
(representante legal)

OBS. Assinalar com um “X” a condição da empresa. Este formulário deverá ser entregue ao Pregoeiro e Equipe de Apoio juntamente com os envelopes de Documentação e de Proposta, porém fora dos envelopes junto aos documentos de credenciamento, pelas empresas que pretendem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Federal Complementar n.º 123/2006.

MODELO DE DECLARAÇÃO-(art.4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002)
DECLARAÇÃO QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
(Em papel timbrado da empresa)

Ao Pregoeiro (a)
Ref. PREGÃO - Nº 9/2014-00066


A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso VII, do artigo 4º, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e do inciso V, do artigo 10, do Lei Estadual 6.474 de 06/08/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital.

Cidade/UF, DD de MMMM de 201__.

Carimbo CNPJ
Assinatura do responsável pela empresa

Paragominas-Pa, 15 de Dezembro de 2014.


GERSEMI PEREIRA DE OLIVEIRA
PREGOEIRO


PAULO POMBO TOCANTINS
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2014-00066 COM COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE CONFORME DISCIPLINA NO ART. 39 DA LEI MUNICIPAL Nº 769/2011.

MODELO DE DECLARAÇÃO-(art.7º, inciso XXXIII da CF)
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO A MENORES
(Em papel timbrado da empresa)

Declaramos para os devidos fins que a nossa empresa, em consonância com o mandamento constitucional contido no inciso XXXIII, artigo 7º, não concede trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Cidade/UF, DD de MMMM de 201__.

Carimbo CNPJ
Assinatura do responsável pela empresa

ANEXO I
MODELOS DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE
(Em papel timbrado da empresa)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que assume integral responsabilidade por danos ou prejuízos pessoais ou materiais que causar a PMP, a terceiros, por si, representantes ou sucessores.

Cidade/UF, DD de MMMM de 201__.

Carimbo CNPJ
Assinatura do responsável pela empresa

Paragominas-Pa, 15 de Dezembro de 2014.


GERSEMI PEREIRA DE OLIVEIRA
PREGOEIRO


PAULO POMBO TOCANTINS
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2014-00066 COM COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS
DE PEQUENO PORTE CONFORME DISCIPLINA NO ART. 39 DA LEI MUNICIPAL Nº 769/2011.

OBJETO:

“AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A ATENDER AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E AO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DURANTE O 1º SEMESTRE DE 2015

ANEXO II
DEFINIÇÃO DOS ITENS E APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT	UNIDADE	AMOSTRAS	COTA RESERVADA DE 25% PARA ME e EPP
1	ARROZ TIPO 1 - EMBALAGEM DE 1 KG		62274	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	NÃO
2	CHARQUE TIPO P.A - EMBALAGEM DE 1 KG <i>Especificação : COM S.I.F S.I.E OU S.I.M</i>		10797	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	NÃO
3	MACARRÃO SEMOLA TIPO ESPAGUETE (10X500G)		7992	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
4	COLORAU - PACOTE COM 100G		1478	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
5	ALHO EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 100G		730	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
6	SAL REFINADO - EMBALAGEM DE 1 QUILO		2671	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	NÃO
7	ÓLEO DE SOJA 900ML		4445	LITRO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
8	AÇUCAR CRISTAL 1KG		19724	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
9	POLPA DE TOMATE - EMBALAGEM CONTENDO 260G		81	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	NÃO
10	VINAGRE (EMBALAGEM DE 500ML)		821	LITRO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
11	ACHOCOLATADO EM PÓ 400G		2935	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
12	MILHO BRANCO PARA MINGAU - PACOTE COM 500G		1884	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
13	LEITE EM PÓ INTEGRAL - PACOTE COM 200G		5504	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	NÃO
14	BISCOITO DOCE SABOR LEITE - PACOTE COM 400G		2512	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
15	BISCOITO DOCE TIPO MARIA SABOR CHOCOLATE - PACOTE COM 400G		2094	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
16	BISCOITO TIPO CREAM CRACKER - PACOTE COM 400G		2861	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
17	BISCOITO DOCE (SABOR COCO) PACOTE COM 400G		1342	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
18	BISCOITO DOCE SABOR LARANJA (10X400G)		3036	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
19	BISCOITO MINI CRACKER 335G		2057	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
20	SARDINHA EM LATA AO MOLHO DE TOMATE (50 X 125G)		1005	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
21	BISCOITO TIPO ROSQUINHA DE COCO (10X400G)		3921	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
22	CEREAL MATINAL AÇUCARADO - EMBALAGEM COM 200G		629	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
23	MISTURA A BASE DE AMIDO DE MILHO PARA O PREPARO DE MINGAU (TIPO CREMOGEMA) <i>Especificação : EMBALAGEM DE 200G - SABOR TRADICIONAL</i>		11	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	NÃO
24	LEITE CONDENSADO - EMBALAGEM COM 270G		152	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
25	FARINHA LACTEA		264	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
26	AZEITE DE DENDÊ (12 X 200ML)		202	LITRO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
27	LEITE DE COCO (24 X 200ML)		390	LITRO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
28	CAFÉ MOÍDO - EMBALAGEM DE 250 GRAMAS <i>Especificação : EMBALAGEM TIPO ALMOFADA</i>		158	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
29	BISCOITO EXTRA SALGADO PACOTE DE 400G		1057	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
30	MASSA PARA SOPA TIPO ARGOLINHA (10X500G)		1273	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
31	MACARRÃO TIPO PARAFUSO (10X500G)		1381	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
32	BISCOITO DE PORVILHO (100G)		2096	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
33	MASSA PARA MINGAU DE FARINHA DE 5 CEREAIS (12X300G)		201	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
34	PROTEÍNA DE SOJA TEXTURIZADA (10X500G)		173	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
35	FARINHA DE FUBA (500G) <i>Especificação : FARINHA DE FUBA DE MILHO</i>		53	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
36	CEBOLA		7029	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
37	TOMATE		7169	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
38	FRANGO CONGELADO IN NATURA - COM S.I.F, S.I.E OU S.I.M.		12442	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	NÃO
39	CARNE MOÍDA DE MUSCULO BOVINO - EMBALAGEM DE 1KG OU 500G <i>Especificação : Com S.I.F, S.I.E ou S.I.M</i>		11314	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	NÃO
40	PEITO DE FRANGO CONGELADO- EMBALAGEM DE 1KG C/ S.I.F, S.I.E OU S.I.M		6909	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	NÃO
41	ASAS DE FRANGO CONGELADA- EMBALAGEM DE 1KG OU 2KG <i>Especificação : COM S.I.F, S.I.E ou S.I.M</i>		1955	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	NÃO
42	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADAS- EMBALAGEM A VÁCUO DE 1KG OU 2 KG <i>Especificação : COM S.I.F, S.I.E ou S.I.M</i>		31517	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	NÃO
43	COXINHA DE FRANGO CONGELADA EMBALAGEM DE 1K <i>Especificação : COM S.I.F, S.I.E ou S.I.M</i>		2924	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	NÃO
44	FILE DE PEIXE CONGELADA EMBALAGEM DE 01 OU 02 KG <i>Especificação : 1ª QUALIDADE EMBALAGEM INVOLÁVEL EM BOAS CONDIÇÕES ARMAZENAMENTO COM DATA DE VALIDADE APRESENTAR CARIMBO DO SIF, SIM, SIE</i>		1621	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	NÃO
45	OVOS BRANCO DE GALINHA <i>Especificação : Tamanho: Grande</i>		61960	UNIDADE	AMOSTRA IN LOCO	NÃO
46	CORAÇÃO DE FRANGO CONGELADO <i>Especificação : (I.F)(S.I.E)(S.I.M)</i>		201	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	NÃO
47	FARINHA DE MANDIOCA (FINA)		401	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM

	Especificação : EMBALAGEM DE 1KG					
48	FIGADO BOVINO EMBALAGEM DE 2 OU 3 KG Especificação : COM S.L.F, S.L.E. ou S.L.M.		642	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	NÃO
49	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA - PACOTE COM 400G		2081	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
50	SALSICHA HOT DOG Especificação : EMBALAGEM DE 1KG S.L.F, S.L.E OU S.L.M		3622	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
51	CARNE SEM OSSO TIPO ACÉM EMBALAGEM DE (2 OU 3) KG Especificação : COM S.L.F S.L.E OU S.L.M		18678	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	NÃO
52	ISCA DE CARNE TIPO ACEM Especificação : EMBALAGEM AVACOU/ SIFADA (1,2,3 KG)COM (S.L.F)(S.L.E)(S.L.M)		1232	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	NÃO
53	ALMÔDEGAS CONGELADA EM CAIXA DE 500G		2529	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	NÃO
54	FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO Especificação : embalagem contendo 1kg com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a Portaria 354/98 - Anvisa e Portaria 74/94 do MS SNI/S.		1324	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
55	MISTURA PARA MINGAU SABOR CHOCOLATE (TIPO CREMOGEMA) Especificação : EMBALAGEM DE 200G		61	QUILO	AMOSTRA IN LOCO	SIM
	Valor total extenso:				TOTAL	

Paragominas-Pa, 15 de Dezembro de 2014.



GERSEMI PEREIRA DE OLIVEIRA
PREGOEIRO



PAULO POMBO TOCANTINS
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2014-00066 COM COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS
DE PEQUENO PORTE CONFORME DISCIPLINA NO ART. 39 DA LEI MUNICIPAL Nº 769/2011.

PROTOCOLO DE RETIRADA DE EDITAL

OBJETO

“AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A ATENDER AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E AO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DURANTE O 1º SEMESTRE DE 2015

ABERTURA DO CERTAME: 29 DE DEZEMBRO DE 2014

HORÁRIO: 09:00h

LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paragominas
(Av. do Contorno, 1212, Centro, Paragominas-PA)

Paragominas/PA, em ____ de _____ de ____.

CARIMBO COM O CNPJ E NOME DA EMPRESA:

Fone: (____) _____

Fax: (____) _____

Responsável:

e-mail:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2014-00066 COM COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS
DE PEQUENO PORTE CONFORME DISCIPLINA NO ART. 39 DA LEI MUNICIPAL Nº 769/2011.

PROTOCOLO DE DIVULGAÇÃO DE EDITAL

OBJETO

“AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A ATENDER AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E AO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DURANTE O 1º SEMESTRE DE 2015

ABERTURA DO CERTAME: 29 DE DEZEMBRO DE 2014

HORÁRIO: 09:00h

LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paragominas
(Av. do Contorno, 1212, Centro, Paragominas-PA)

Paragominas/PA, em ____ de _____ de _____.

CARIMBO COM O CNPJ E NOME DA EMPRESA:

Fone: (____) _____

Fax: (____) _____

Responsável:

e-mail: